



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681146 - SP (2021/0224944-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GUSTAVO PICCHI - SP311018
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE CARLOS MARCULINO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE CARLOS MARCULINO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 1000807-52.2021.8.26.0168).

O paciente cumpre pena de 6 anos, 10 meses e 9 dias, em regime inicial fechado pela prática do crime de tráfico de drogas, tipificado na Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que o réu faz jus à progressão ao regime semiaberto, pois cumpridos os requisitos objetivos e subjetivos, quais sejam, o lapso temporal e parecer criminológico parcialmente favorável, nos termos do art. 112 da Lei de Execuções Penais.

O Tribunal de Justiça de origem manteve a decisão do Juízo de primeiro grau que indeferiu o pedido de progressão sob o fundamento de que "a avaliação psicossocial apresentou elementos desfavoráveis ao benefício".

Requer, liminarmente, a concessão da progressão ao regime semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente